Art. 42.º Os Grémios de Armadores poderão substituir-se aos seus agremiados para os efeitos dêste decreto, entendendo-se directamente com a Comissão se esta o julgar vantajoso.

Art. 43.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor, cobrando-se a receita correspondente ao período decorrido desta data até instalação da Comissão logo que esta entre em exercício.

§ 1.º Para êsse efeito deverão os armadores enviar, nos prazos notificados pela Comissão, as declarações necessárias e o montante dos prémios que lhes forem liquidados.

§ 2.º Se algum ou alguns armadores estiverem seguros, na data da publicação dêste diploma, contra os riscos de guerra de navios ou tripulações, só no vencimento das respectivas apólices deverão colocar os seus seguros na Comissão.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Agosto de 1941. — ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.*

Direcção Geral das Alfândegas

Decreto-lei n.º 31:455

À data da publicação do decreto-lei n.º 30:713, de 29 de Agosto do ano findo, já a Manutenção Militar havia importado 4.874:840 quilogramas de aveia para os soldados do exército, cujo preço de aquisição sofreu dos inconvenientes que aquele diploma teve em vista suprir.

Como o citado diploma não abrange a aveia importada em data anterior à da sua publicação;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É aplicável a 4.874:840 quilogramas de aveia importada pela Manutenção Militar, dos quais 2.477:094 quilogramas descarregados do vapor grego *Julia* e 2.397:746 do vapor *Annitsa*, da mesma nacionalidade, nos meses de Junho e Julho do ano de 1940, e às taras que em parte condicionaram aquele cereal, o regime do decreto-lei n.º 30:713, de 29 de Agosto do mesmo ano.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Agosto de 1941. — ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Correios, Telégrafos
e Telefones

Decreto n.º 31:456

O estabelecimento do serviço telegráfico imperial fixado pelo decreto-lei n.º 31:422, de 26 de Julho de 1941, determinou a necessidade da revisão das tarifas do regime triangular C-A-M, com o objectivo da sua inte-

gração no esquema imperial. Tal revisão conduziu a alterar as actuais relações de 1 para 2 para 6, das taxas fundamentais dos regimes interior, interinsular e triangular C-A-M, para os valores 1 para 2 para 5, do que resulta baixar-se a tarifa triangular do valor 1\$20 para 1\$ por palavra ordinária.

Assentou-se por outro lado que os princípios fixados no referido decreto-lei quanto às normas de classificação, tratamento e tarifação dos telegramas do serviço oficial seriam por agora e pelo que respeita ao serviço metropolitano apenas aplicados ao regime triangular C-A-M, reservando-se para ocasião oportuna a sua generalização aos regimes interior e interinsular.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do artigo 80.º, o seguinte:

Artigo único. É anulado o n.º 3) da tabela das taxas telegráficas metropolitanas anexa ao decreto n.º 29:780 e substituída pela que se publica em anexo a êste decreto, de que faz parte integrante.

§ único. A presente alteração entrará em vigor em data a determinar pela Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones mediante autorização especial.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Agosto de 1941. — ANTONIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *João Pinto da Costa Leite — Duarte Pacheco.*

Anexo ao decreto n.º 31:456

Tabela das taxas telegráficas metropolitanas

3) Regime triangular C-A-M: serviço executado pelas estações do continente, dos Açores e da Madeira, entre si ou com qualquer navio português navegando entre os paralelos 30º e 45º norte e os meridianos 6º e 35º W Gr.

a) Particulares:

Ordinários — P:	
Até 5 palavras	5\$00
Por cada palavra a mais	1\$00
Urgentes — D:	
Até 5 palavras	10\$00
Por cada palavra a mais	2\$00
Com resposta paga, ordinária — RP:	
Pelo telegrama-resposta — até 5 palavras	5\$00
Por cada palavra a mais	1\$00
Com resposta paga, urgente — RPD:	
Pelo telegrama-resposta — até 5 palavras	10\$00
Por cada palavra a mais	2\$00
Avisos de serviço taxados — ST:	
Pedindo repetição parcial ou total de telegrama, bem como a respectiva resposta — por palavra	1\$00
Em todos os outros casos — até 5 palavras	5\$00
Por cada palavra a mais	1\$00
Se tiver resposta obrigatória:	
Pelo telegrama-resposta — até 5 palavras	5\$00
Por cada palavra a mais	1\$00
Carta — C:	
Até 25 palavras	12\$50
Por cada palavra a mais	5\$00
Noticiosos — Z:	
Até 10 palavras	5\$00
Por cada palavra a mais	5\$00
De saudações (Boas Festas e Páscoa) — BF e PAX:	
Até 10 palavras	5\$00
Por cada palavra a mais	5\$00
b) Oficiais:	
Ordinários — S:	
Até 5 palavras	2\$50
Por cada palavra a mais	5\$00